

## Licença para gastar

Rogério L. Furquim Werneck\*

O governo conseguiu, afinal, anunciar a proposta de novo arcabouço fiscal que encaminhará ao Congresso. As dificuldades envolvidas nas negociações da proposta deixaram clara a falta de convicção do Planalto quanto à ideia de ter de se submeter a uma regra de controle fiscal, que possa vir a tolher de forma relevante dispêndios do governo nos próximos anos.

Que o presidente não queria saber de regras fiscais já se sabia há muito tempo, bem antes de sua eleição. De início, Lula escudava-se no argumento de que não havia como lançar dúvidas sobre seu compromisso com uma gestão responsável das contas públicas. Em seus dois mandatos presidenciais, mesmo tendo promovido forte expansão de gastos, mantivera superávits primários expressivos, ano após ano. “Teto de gastos é de responsabilidade do presidente da República. Sei o que é responsabilidade. Quem não sabe faz uma lei” (*Valor*, 25/5/2022). “Governo sério não precisa de teto de gastos” (*Bloomberg*, 25/5/2022).

Mais recentemente, contudo, seu discurso mudou. Lula deixou de brandir a ideia de que, para manter a dívida pública em trajetória sustentável, não teria nenhuma dificuldade para gerar os superávits fiscais que se fizessem necessários. Sua cruzada contra regras fiscais passou a ser feita em outras bases, bem mais primitivas. E, por isso mesmo, mais preocupantes.

O presidente, agora, declara-se convicto de que certos programas de dispêndio público, como em saúde e educação, devem ser tratados como investimento. Não podem mais “ficar reféns do teto de gastos”. Lula clama por outra perspectiva da questão fiscal. “Quem tem que mudar, na verdade, é a nossa cabeça. Os livros de economia estão superados. É preciso criar uma nova mentalidade sobre a razão de a gente governar.” (*Valor*, 21/3)

Fica a dúvida se o presidente teria se preocupado com a geração de superávits primários nos seus dois primeiros mandatos, caso já tivesse sido convencido, em 2003, que “os livros de economia estavam superados”.

É contra esse pano de fundo de inequívoca falta de convicção que se deve entender a real natureza das dificuldades enfrentadas pelo ministro da Fazenda, para extrair de Lula sinal verde para a proposta de novo arcabouço fiscal a ser submetida pelo Poder Executivo ao Congresso.

Transcorridos já 90 dias de mandato, sobram razões para que o presidente se sinta desalentado com as perspectivas do seu governo. E o que Lula ouve do PT é que qualquer compromisso mais sério com contenção de gastos implicará desempenho desastroso do partido nas eleições municipais do ano que vem. E enfraquecimento da bancada do governo no Congresso.

Tendo se permitido ganhar a eleição sem proferir uma palavra sequer sobre qual seria a política econômica de seu governo, Lula não concebe outro plano de jogo que não seja recorrer à expansão do gasto público, bancada por aumento de endividamento, para tentar fazer o País crescer.

Na tarde de quarta-feira, 29, noticiou-se, afinal, que o ministro Fernando Haddad obtivera a aprovação do presidente para a tão esperada proposta de um novo arcabouço fiscal, a ser submetida ao Congresso. O que se divulgou é que o déficit primário do governo terá de ser reduzido a zero em 2024 e que, na segunda metade do mandato, as metas de superávit primário seriam de 0,5% do PIB, em 2025, e 1% do PIB, em 2026.

Caso o novo arcabouço entre em vigor, o cumprimento estrito das metas fiscais estabelecidas não impedirá, em absoluto, que o governo leve adiante seu programa de expansão de gasto público bancado por aumento da dívida como proporção do PIB.

Como, em todos os anos do atual mandato presidencial, o resultado primário ficará bem aquém do superávit requerido para manter constante a relação entre a dívida e o PIB, o cumprimento das regras do novo arcabouço fiscal implicará elevação substancial do endividamento público entre 2022 e 2026.

Os mais otimistas acalantarão a esperança de que isso possa vir a ser corrigido no Congresso.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.